

Terça-Feira, 07 de Abril de 2026

Doença da Vaca Louca: a certeza de que o caso era atípico

FRANCISCO MANZI

As alegrias do sábado de carnaval para os pecuaristas brasileiros foram suspensas com a divulgação de um caso positivo para BSE, ou Encefalopatia Espongiforme, conhecida popularmente como Doença da Vaca Louca.

Quando se há a suspeita da doença, é realizado no Brasil um exame utilizando-se o teste de Elisa e, em caso de reação positiva, a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) é notificada e a amostra é enviada para um laboratório de referência da entidade.

Neste caso, foi enviada para o Canadá, para que fosse feita a diferenciação entre a doença em sua forma Típica, ou Clássica, e a Atípica.

Além do mais, seguindo um acordo firmado entre o Brasil e a China em 2015, é o nosso país quem embarga as exportações no momento da notificação e o seu retorno fica a critério do país importador.

Mas o que tem de diferente os tipos de BSE e por que a sua tipificação é tão importante?

Em que pese os sintomas sejam os mesmos, diferenciá-las é fundamental para a garantia da saúde humana e animal. No caso da clássica, os animais se contaminam quando têm, na composição das suas rações, produtos de origem animal que, quando são ingeridos em até dois anos, desenvolvem a enfermidade.

No caso da atípica, que é a que aconteceu no carnaval e nos anos de 2021, 2019 e 2012, a doença acomete naturalmente os animais velhos. Eles são identificados, seja no abatedouro, ou em diagnóstico diferencial para raiva (outra enfermidade que acomete os bovinos e que causa sintomas semelhantes).

No caso da clássica, acontecem em lotes de confinamento, ou rebanhos leiteiros de alta produção tratados com rações. E por que tínhamos certeza de que esse caso era atípica?

São vários os motivos! Em primeiro lugar, 85% dos nossos animais são criados exclusivamente a pasto. Os demais são alimentados com rações oriundas de produtos vegetais, pois, além de sermos os maiores produtores de soja, milho, algodão, girassol, cevada, e citros - bases das nossas rações -, a utilização de produtos de origem animal é proibida para ruminantes no Brasil.

Em 2012, 2019 e os dois casos de 2021 foram oriundos de animais velhos, identificados em frigorífico e as carcaças imediatamente destruídas. As fazendas de origem, inspecionadas. No caso deste ano, foi de um touro de 9 anos de idade que foi necropsiado na fazenda que cria animais a pasto, onde se suspeitou de raiva e, no resultado negativo, se encaminhou para pesquisa de BSE, agora descartada a clássica.

Mas o que o Brasil já faz? Em caso de animais com qualquer sintomatologia nervosa que seja abatido ou venha a óbito no campo, sua carcaça é incinerada. Portanto, não há risco de contaminação humana. E em que precisamos evoluir?

É preciso ter um laboratório de referência da OMSA no Brasil, para que se faça a diferenciação com mais rapidez. Rever os protocolos para que questões sanitárias não sejam utilizadas como barreiras às exportações. O Brasil tem mais de 70% da sua produção para atender o mercado interno e o restante é exportado para mais de 130 países, tendo sua carne inspecionada pelo Ministério de Agricultura, entidade com mais de 100 anos de criação.

Por isso, tínhamos certeza de que a carne brasileira, presente na mesa dos brasileiros e de mais de 1 centena de milhões de consumidores mundo afora, é saudável, nutritiva e saborosa.

Francisco Manzi é médico veterinário, pecuarista e diretor técnico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat).